



A IVG E A SAÚDE DAS MULHERES

A Associação para o Planeamento da Família tomou conhecimento da realização de um colóquio promovido e de afirmações proferidas pela organização Mulheres em Acção, sobre a possível ligação entre a realização de IVG e um aumento do risco de cancro da mama.

Já anteriormente, esta mesma organização, contrária à despenalização do aborto, proferiu publicamente declarações sobre eventuais efeitos nefastos da IVG para a saúde mental das mulheres, chegando uma das suas representantes a afirmar que 80% das mulheres que tinham recorrido ao aborto ficavam "psicologicamente marcadas" para toda a vida.

Perante estas afirmações vem a APF informar que quer a Organização Mundial de Saúde (cf. Fact Sheet nº240, de Junho de 2000) quer outras agências médicas e científicas de referência neste tema não confirmam a veracidade destas afirmações.

Em primeiro lugar, não existe nenhuma evidência científica sólida que prove a relação entre o aumento do cancro da mama e a realização de IVG no 1º trimestre de gravidez.

Por outro lado, uma revisão da literatura científica (Cf. Carvalho, 2001) sobre as questões do impacto da IVG na saúde mental das mulheres apontam para que, na esmagadora maioria das situações estudadas, as mulheres que interromperam uma gravidez que não desejavam, se sentiram aliviadas com tal decisão e não tiveram posteriores sequelas psicológicas relevantes.

Existem sim numerosas evidências de que o aborto inseguro e ilegal, que é a situação que existe no nosso país, é causa de morbilidade e de mortalidade materna, como o indiciam os dados do próprio Ministério da Saúde.

É também sabido que o aborto ilegal e inseguro é causa de sofrimento psicológico para muitas mulheres porque, precisamente, é feito às escondidas, sem informação sobre o que vai acontecer e com a consequente existência de ansiedade e sentimentos de solidão.

Obviamente, a literatura científica existente não exclui em absoluto a ocorrência de complicações de saúde física ou mental em consequência da IVG, só que também desmente claramente as afirmações que procuram associar estes eventos de forma relevante ou significativa.

As afirmações das "Mulheres em Acção" são, portanto, falsas e nocivas para as muitas mulheres que no nosso país, e infelizmente, continuam a ter que recorrer ao aborto clandestino.

A APF, e tendo em linha de conta as orientações técnicas da OMS e de outras agências médicas relevantes, defende que na realização de uma IVG, a mulher tem o direito de ser informada, e os profissionais de saúde têm o dever de informar as mulheres sobre os procedimentos que vão ser usados e sobre os eventuais riscos que possam daí resultar. Mas tudo isto só será possível, quando a IVG for feita de forma legal, segura, humanizada e medicamente acompanhada.

Lisboa, 10 de Março de 2004
A Direcção Nacional da APF